

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS

Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias (UnB)

“Formação durante o exercício profissional, educação continuada e adicional e atualização de professores são expressões diferentes utilizadas para referir-se à sua formação profissional continuada. Embora na maioria dos países o foco principal da educação continue sendo a capacitação anterior ao exercício profissional, a necessidade de atualização e renovação de conhecimentos, habilidades e capacidade dos professores em atividade é hoje amplamente reconhecida”¹.

Em pesquisa realizada em nível de mestrado, propus verificar o tratamento da variação linguística nos livros didáticos aprovados e distribuídos pelo Ministério da Educação – MEC, para mais de seis milhões de alunos em todo o Brasil, conforme dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A fim de garantir a qualidade dos livros a serem adquiridos, a cada três anos, o MEC, em parceria com o FNDE, lança o edital que estabelece os critérios pelos quais os livros serão avaliados, para os editores interessados inscreverem suas obras. A análise dos livros é feita por pareceristas especialistas na área de cada disciplina (no caso da pesquisa, Língua Portuguesa). Ao final de cada processo, é elaborado o Catálogo de Livros Didáticos. Nele, são apresentadas as resenhas das obras aprovadas e as fichas que nortearam a avaliação dos livros. O Catálogo é, então, enviado às escolas como instrumento de apoio aos professores no momento da escolha do livro didático.

Na análise, foi constatado que todos os livros didáticos de Português adotados nas escolas públicas brasileiras abordam o tema da variação linguística, dado que, de acordo com o *Edital de Convocação para Inscrição dos Livros Didáticos no Programa*, é **necessário** “considerar a língua-padrão no contexto da variação linguística, sem estigmatizar as demais variedades” (p. 23) e “abordar os fatores socioculturais e políticos que entram em jogo no estabelecimento e difusão de ideais e padrões linguísticos” (p. 23).

Partindo do “roteiro para analisar os livros didáticos” proposto por Bagno (2007: 125), estabeleci como *objetivos específicos* da pesquisa verificar:

a) Como os livros didáticos empregam a terminologia relacionada à variação linguística? Está adequada, do ponto de vista teórico-científico? Ou os autores confundem as expressões *variação*; *variedade*; *variante*; *dialeto*; *norma-padrão* com “variedade-padrão” ou “língua-padrão”; *norma-padrão* com “norma culta”? Há distinção nas definições de *norma-padrão* e variedades cultas (variedades de prestígio) ou os autores continuam confundindo/difundindo *norma-padrão* como sinônimo de “norma culta”?²

b) Como os livros didáticos se referem (ou não) à pluralidade de línguas existente no Brasil? Mencionam de algum modo o fato de existirem línguas indígenas e línguas trazidas pelos

¹ SINISCALCO, Maria Tereza. *Perfil estatístico da Profissão docente*. São Paulo: Moderna, 2003, p. 25.)

² O Dicionário Houaiss e outros bons dicionários autorizam o uso das formas *variante* e *variedade*, como sinônimas. Entretanto, nesse trabalho adotei a terminologia como exposta em Bagno (2007: 57): “uma **variedade linguística** é o modo de falar a língua característico de determinado grupo social ou de determinada região geográfica” e “variantes linguísticas são maneiras diferentes de dizer a mesma coisa”.

imigrantes, desde o início do século XIX, convivendo com o português brasileiro, ou apresentam o português como único idioma falado no País?

c) Como os livros didáticos abordam a variação? Evidenciam a variabilidade nos fenômenos gramaticais existentes no português falado no Brasil, ou limitam-se a fenômenos de prosódia (“sotaque”) e de léxico (“aipim”, “mandioca”, “macaxeira”)? O livro menciona a variabilidade nos pronomes (oblíquos, pessoais, de tratamento etc.), na concordância verbal e nominal, na regência verbal e nominal, no uso de determinadas palavras e expressões?

d) Como os livros didáticos consideram a variação linguística apresentada? Apresentam coerência entre a abordagem dada à variação linguística exposta no(s) capítulo(s) destinado(s) ao tema e nas demais atividades propostas no livro, ou nos outros capítulos falam de “certo” e “errado”, tomando como padrão de julgamento apenas a gramática normativa?

e) Como os livros didáticos lidam com a variação entre fala e escrita. Apresentam o amplo contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada ou separam rigidamente a fala e a escrita?

Ao final dessa análise, pude concluir que todos os livros didáticos de Língua Portuguesa aprovados pelo MEC abordam a variação linguística. Mas uma questão que me intrigou, ao fim desse trabalho, foi a dúvida quanto ao conhecimento sociolinguístico dos professores para tratar o tema em sala de aula. Como é sabido, há alguns anos, no Brasil, a variação linguística não existia como objeto de ensino. Para a maioria dos professores de Português, o principal papel da escola era (é) “enquadrar” os alunos na norma-padrão da língua portuguesa, um modelo idealizado de “língua certa”. Assim, os professores limitavam (limitam) as aulas de Português ao ensino da gramática normativa, nas quais sua função era corrigir o “português errado”, além de ensinar nomenclatura gramatical e análise gramatical, descontextualizadas, sem utilidade prática evidente.

Como se pode constatar pelos resultados das avaliações do MEC, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb – e a Prova Brasil, nos diversos níveis escolares, ainda não se tem uma situação ideal no ensino de Português nas escolas brasileiras. Um dos problemas está no enaltecimento da norma-padrão pela escola, atribuindo-lhe uma natureza que não tem: comunicar melhor do que as variantes não-padrão; ter valores estéticos, identitários, patrióticos superiores. Não se trata, simplesmente, de deixar os alunos das classes populares utilizarem somente suas variedades linguísticas, sem introduzi-los ao uso da norma-padrão. A função da escola é, sobretudo, ajudar o aluno a compreender a realidade com suas contradições e variedades; compreender a estrutura, o funcionamento, as funções da língua — instrumento de comunicação, mas também de poder, de constituição da identidade individual e coletiva, de manutenção da coesão social do grupo etc. —, com todas as suas variedades, sociais, regionais e situacionais.

Assim, acreditando ser a escola o melhor meio para educar a população, o livro didático, um importante veículo nessa tarefa, e o professor, o principal agente didático, proponho, agora no Doutorado, empreender uma análise de como a Sociolinguística está contribuindo para a formação continuada de professores, para verificar se estes estão ajudando a extinguir (ou pelo menos a amenizar) o preconceito linguístico tão arraigado em nossa sociedade.

Verifiquei que o MEC oferece seis políticas para a formação de professores no Brasil. São elas o curso Proinfantil, o programa Ética e Cidadania, o programa de formação inicial Pró-Licenciatura, o Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio, o programa de formação continuada de professores do Ensino Fundamental, Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação, e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica – REDE – que,

composta por Universidades, se constituem *Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação*, voltados para a formação continuada dos professores de Educação Básica.

Desses, o Pró-licenciatura é voltado para a formação inicial, dirigido a professores em exercício nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio dos sistemas públicos de ensino que não tenham a habilitação legal (licenciatura); o Programa Ética e Cidadania objetiva a construção de fóruns com a comunidade escolar sobre ética e cidadania; e o Proinfantil é uma ação emergencial, de caráter temporário, constituído como curso em nível médio, destinado aos professores da Educação Infantil em exercício nas creches e pré-escolas sem a habilitação mínima exigida. Além desses três, há ainda o Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio, desenvolvido por instituições de ensino superior que oferecem os cursos de formação continuada de professores em exercício nas redes públicas estaduais de educação; o Pró-Letramento, realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede, tem como público-alvo professores em exercício nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas, com material único a ser aplicado por todas as universidades participantes da Rede; e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica (REDE), composta por Universidades que se constituem *Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação*, com uma equipe própria, que coordena a elaboração de programas voltados para a formação continuada dos professores de Educação Básica em exercício nos Sistemas Estaduais e Municipais de Educação. Essas informações principais podem ser resumidas no quadro abaixo:

Quadro 1. Principais políticas do MEC para a formação de professores

Política	Tipo de trabalho	Objetivo	Escolaridade atendida
Proinfantil	Curso	Ação emergencial, de caráter temporário, destinada aos professores em exercício nas creches e pré-escolas sem a habilitação mínima exigida.	Educação infantil
Ética e Cidadania	Programa	Construção de fóruns com a comunidade escolar sobre ética e cidadania.	Educação Básica
Pró-Licenciatura	Programa	Formação inicial para professores em exercício que não tenham a habilitação legal exigida (licenciatura). Obs.: não tem formação em Língua Portuguesa.	Séries finais do Ensino Fundamental e Médio dos sistemas públicos de ensino.
Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio	Programa	Formação continuada.	Ensino Médio
Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação	Programa	Formação continuada.	Séries iniciais do Ensino Fundamental
Rede Nacional de Formação	Programa	Formação continuada.	Educação Básica

Continuada de Professores de Educação Básica – REDE			
-----------------------------------------------------	--	--	--

Dentre as seis políticas para formação de professor propostas pelo MEC, três poderiam compor o *corpus* de estudo da pesquisa: o Pró-Letramento, o Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio, e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica – REDE.

Eu poderia ter elegido o Pró-Letramento, um programa mais consolidado, que também tem seu material elaborado pela REDE. Entretanto, o Pró-Letramento tem um material único e é aplicado somente às séries iniciais do Ensino Fundamental; enquanto a REDE é mais ampla, conta com diversos materiais e aborda toda a educação básica. O Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio também me pareceu interessante, por focar o Ensino Médio, assim como minha análise com os livros didáticos. Já que, como explica o Plano Nacional de Educação³ “Entre os diferentes níveis de ensino, esse [o Ensino Médio] foi o que enfrentou, nos últimos anos, a maior crise em termos de ausência de definição de rumos que deveriam ser seguidos em seus objetivos e em sua organização. Um aspecto que deverá ser superado com a implementação das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e com programas de formação de professores”.

Entretanto, escolhi a REDE por ser composta por diversos Centros (como o Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio), com materiais elaborados por cada universidade, destinados a diferentes níveis escolares, abordando toda a educação básica, o que torna a minha pesquisa mais ampla. Ou seja, será possível observar como as questões relacionadas à Sociolinguística são abordadas em diferentes linguagens, já que os materiais, os centros e os níveis escolares são diferentes.

Neste trabalho, o objetivo geral é investigar as contribuições da Sociolinguística para o processo de formação continuada de professores da Educação Básica. De forma específica, serão analisadas as concepções de língua e de gramática presentes nos materiais oferecidos e como tais concepções evidenciam aspectos sociolinguísticos para o professor, como a noção de “certo” e “errado”, *variação linguística*, *mudança linguística* e *preconceito linguístico*.

Dentro da linha desse objetivo geral, esta pesquisa pretende analisar como os materiais oferecidos pela REDE:

- a) Mencionam a pluralidade de línguas existente no Brasil;
- b) Abordam a variação: evidenciam a variabilidade nos fenômenos gramaticais, além dos fenômenos de prosódia (“sotaque”) e de léxico (“aipim”, “mandioca”, “macaxeira”)?
- c) Apresentam o amplo contínuo⁴ de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada?

³ Outros programas como o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - PROMED e o Projeto Alvorada têm contribuído para a expansão e melhoria do ensino médio no país, em desenvolvimento desde o ano 2000, além do Programa Emergencial de Apoio aos Estados para a Melhoria do Ensino Médio - PRODEB, em 2004 e 2005.

⁴ Nos estudos sobre as relações entre linguagem oral e escrita, alguns autores, como Marcuschi (2001), trabalham com a hipótese de que há um *continuum* ou gradiente entre ambas. Koch (1997: 61) explica que, embora linguagem oral e linguagem escrita sejam duas modalidades de uso da língua, com suas próprias peculiaridades, isso não significa que devam ser encaradas de maneira dicotômica.

d) Definem norma-padrão e variedades cultas (variedades de prestígio)?

Os instrumentais teóricos de referência para este trabalho são a *Sociolinguística*, com as noções de *variação e mudança*; a Sociologia da Linguagem, com as discussões em torno do conceito de norma linguística; as teorias do *Letramento* e o conceito de *Gêneros Textuais*; o conceito de *Educação Linguística*, como novo paradigma para a educação em língua materna em substituição às práticas tradicionais de “aula de português”, centradas quase exclusivamente na aprendizagem mecânica da nomenclatura tradicional e na prática da análise sintática de frases descontextualizadas.

Considerando, portanto, que a escola tem o importante papel de ajudar o aluno a compreender a realidade linguística com suas contradições e variedades, a estrutura e o funcionamento da língua com suas variantes sociais, regionais e situacionais; que o livro didático, na condição de suporte do ensino-aprendizagem, tem influência direta na tarefa de promover a inserção de seus alunos na cultura letrada, é necessário verificar as contribuições da Sociolinguística para a formação continuada do professor a fim de observar se este está preparado para inserir discussões linguísticas em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. MEC. SEMTEC, FNDE. *Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2005*. Brasília, 2004.
- _____. *Edital de convocação para inscrição de livro didático no processo de avaliação e seleção de obras a serem incluídas no catálogo de escolha de livros da 1ª a 3ª séries do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM/2005*. Brasília, 2003.
- FARACO, Carlos Alberto. *Por uma pedagogia da variação linguística*. No prelo.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.
- MARCUSCHI, Luiz A. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- MATOS E SILVA, Rosa Virgínia, *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto, 1995.
- WEINREICH, U., LABOV, William, HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
-